

**RECLAMAÇÃO Nº 39.415 - RS (2019/0358635-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**RECLAMANTE** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**RECLAMADO** : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**INTERES.** : **CLAUDINEI JOHANN**  
**ADVOGADO** : **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**DECISÃO**

Trata-se de reclamação, com pedido liminar, ajuizada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, em decorrência de acórdão do Tribunal de Justiça daquele Estado que, em sede de juízo de retratação, manteve entendimento supostamente contrário a julgado desta Corte proferido sob o rito dos recursos repetitivos.

Consta dos autos que Claudinei Johann teve contra si reconhecida a prática de falta grave, mas o juízo das execuções entendeu que a regressão de regime, a alteração da data-base e a perda dos dias remidos seriam desproporcionais, considerando suficiente, como punição, o fato de ter o preso ficado recolhido mais de 8 meses em regime fechado desde o fato até a realização da audiência de justificação.

O Tribunal *a quo* manteve essa decisão (fls. 90/95).

Inconformado, o Ministério Público interpôs recurso especial.

Antes do juízo de admissibilidade, a Vice-Presidência do Tribunal *a quo* determinou a remessa dos autos ao Órgão julgador para realização de juízo de retratação, pois o acórdão recorrido estaria contrário a entendimento desta Corte, exarado no Resp n. 1.364.192/RS, sob o rito dos recursos repetitivos.

Em novo julgamento, o acórdão recorrido foi mantido (fls. 154/157).

O recurso especial interposto foi admitido (fls. 167/170).

Nesta Corte, o reclamante afirma que o Tribunal de origem desrespeitou, de forma clara, o entendimento firmado no REsp. n. 1.364.192/RS, julgado sob o rito dos recursos repetitivos, segundo o qual "*a prática de falta grave interrompe o prazo para a progressão de regime, acarretando a modificação da data-base e o início de nova*

# Superior Tribunal de Justiça

*contagem do lapso necessário para o preenchimento do requisito objetivo".*

Ressalta que foram esgotadas as instâncias ordinárias, pois realizado o juízo de retratação pelo Órgão julgador.

Requer, em liminar, a suspensão dos efeitos do acórdão impugnado e, no mérito, a procedência desta reclamação para que sejam aplicados os consectários legais da falta grave.

É o breve relatório.

Decido.

De acordo com o art. 105, I, "f", da Constituição Federal, cabe ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, *"a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões"*.

No caso, em juízo perfunctório, vislumbra-se ocorrência de possível desrespeito à autoridade de decisão desta Corte, considerando-se que, em princípio, o precedente firmado no REsp. n. 1.364.192/RS, julgado sob o rito dos recursos repetitivos, foi desconsiderado pela Corte *a quo*.

Diante disso, defiro o pedido liminar, para suspender os efeitos do acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, no Agravo em Execução n. 0215988-43.2018.8.21.7000, até o julgamento da presente reclamação.

Oficie-se a autoridade reclamada, a fim de solicitar-lhe as informações pertinentes, que devem ser prestadas no prazo de 10 dias.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator